

From: [Gabriel Mazetto](#)

To: saesp@inpi.gov.br

Sent: Wednesday, March 21, 2012 12:27 PM

Subject: Sobre patentes de Software

Boa tarde,

Fiquei sabendo recentemente sobre a consulta pública a respeito das patentes de Software, e venho por meio desta REFUTAR completamente qualquer proposta que tenha como base a liberação das patentes de software.

A menos que vocês sejam alienados sobre qualquer coisa relacionada a tecnologia, devem ter lido as verdadeiras aberrações que acontecem, principalmente nos EUA e toda a guerra de patente (que hoje está focada principalmente nas patentes de software) e que trazem tudo MENOS incentivo a inovação.

É aquela velha máxima, quando a gente pensa que o Brasil está dando um passo pra frente, aparecem pessoas querendo dar varios pra trás, e a patente de software é exatamente isso, uma verdadeira maratona pra trás.

Diferentemente de inovações nas áreas das ciencias tradicionais, eletrônica, mecânica etc, produção de software não envolve os altos custos nem demanda um altissimo investimento por parte de quem as produz, e, com a utilização de licenças de software e produção de software proprietário, quem investe dinheiro com a produção de software, já possui mecanismos de proteção de sua inovação suficientemente eficazes.

Existe alguns debates interessantes sobre o assunto que merecem a atenção:

- http://en.wikipedia.org/wiki/Software_patent_debate
- <http://www.nosoftwarepatents.com/en/m/intro/index.html>

O resultado básico da implantação de patentes de software, como OBSERVADO no restante do mundo é que os únicos empregos extras que serão gerados, serão os na área do direito, já que o único objetivo de qualquer empresa em "registrar suas inovações" nessa área é para transformar isso em reserva de mercado e mitigar o surgimento de concorrência, através de práticas "extorsivas, feitas de maneira legalizada".

--

Gabriel Mazetto <Rails::Developer

RESPONSÁVEL: Gabriel Mazetto

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

Gostaríamos de enfatizar que o objetivo principal das Diretrizes apresentadas é o de divulgar a posição do INPI com relação à Lei da Propriedade Industrial 9279/96 (LPI), em especial do seu Art. 10 e os procedimentos adotados no exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem a ou se baseiam em implementações por programas de computador. Cabe ressaltar aqui a distinção entre criação e invenção. Uma determinada criação pode ou não ser considerada invenção, e o Art. 10 da LPI determina o que não é considerado invenção nem modelo de utilidade e, portanto, não é passível de patenteabilidade. É importante acrescentar que, ainda que determinada criação seja considerada invenção, esta deve adicionalmente atender aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º) para ser considerada patenteável.

O Art. 6º da LPI garante ao inventor o direito de obter a patente que lhe auferir a propriedade sobre seu objeto de invenção. A não concessão de patentes para invenções implementadas por programa de computador, mais especificamente de processos, configuraria dar tratamento diferenciado a diferentes setores da tecnologia meramente devido à sua forma de implementação, ferindo o direito do inventor, e contrariando o Art. 27 do Tratado TRIPS (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*). Em outras palavras, o fato da implementação de uma nova técnica ou processo ser realizada através de programa de computador não tira o direito do inventor. É importante esclarecer que as Diretrizes procuram estabelecer claramente a diferença entre invenções implementadas por programas de computador e programas de computador propriamente ditos (“em si”).

O INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.

Com relação aos efeitos da concessão de patentes sobre a inovação, Stuart Graham e David Mowery (“Intellectual property protection in the U.S. software industry” (2001) In: The International Symposium on Innovation and Patents, c.7, p.1-44 <http://www.ecipit.org.eg/arabic/pdf/intellectual%20property%20protection%20in%20the%20software%20industry.pdf>) mostram que o grande número de patentes de invenções implementadas por software não tem inibido a inovação no setor e tampouco a entrada de novas empresas. O autor observa que muitas empresas líderes em patentes na área de software são firmas que têm o hardware como principal linha de produtos, tais como: IBM, Intel, Hewlett Packard, Motorola, National Instruments entre outras. Os dados mostram que empresas de software como Novell, Microsoft e Adobe após o período 1985-98 têm apresentado um aumento da propensão de patenteamento de seus produtos, contrabalançando com um declínio na utilização de copyright. Em outro artigo, publicado

em 2004 (“Software Patents: Good News or Bad News?” (2004) http://tiger.gatech.edu/files/gt_tiger_software.pdf), os mesmos autores mostram a escassez de evidências de que as patentes têm inibido a inovação no setor ou que a qualidade destas patentes tenham decrescido no período 1978-2003.

Com relação a empresas especializadas em comprar patentes de software com o único objetivo de processar outras, Michael Risch argumenta (“*Patent Troll Myths*”. 2012, http://works.bepress.com/michael_risch/16/) que o que se conhece dos chamados *patent trolls* (NPE- *Non Practicing Entity* – o titular não explora a invenção comercialmente) é baseado em dados pontuais, que ganham grande destaque na imprensa mas que não são representativos das patentes que sofrem litígios. Allison, Lemley e Walker (“Patent quality and risk aversion repeat patent litigants”. --- http://www.nber.org/public_html/confer/2010/SI2010/IPPI/Allison.pdf) mostram que NPEs levados aos tribunais conseguem ganho de causa em apenas 8% dos casos.

Ronald Mann (“*The Myth of the Software Patent Thicket: An Empirical Investigation of the Relationship Between Intellectual Property and Innovation in Software Firms*”, Texas University, 2004. <http://law.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1058&context=alea>) mostra que empresas grandes como a IBM tipicamente cobram royalties de outras empresas somente quando as mesmas têm faturamento suficiente para justificar esta medida. Para Mann, as patentes têm como principal vantagem para pequenas empresas protegê-las contra o potencial de dominação das empresas já estabelecidas, especialmente em seus primeiros anos quando estão mais vulneráveis em busca de investidores. As entrevistas mostram que as pequenas empresas em geral não realizam buscas para saber se suas tecnologias infringem patentes existentes, ou seja, a ameaça de litígios não é percebida como uma ameaça real para estas empresas. A IBM que aparece com o maior portfólio de patentes em software possui uma política não agressiva, resultado de sua experiência antitruste anterior, o que contribui para este ambiente não litigioso, que se contrapõem com o cenário descrito pelos que denunciam a presença de *patent trolls*.